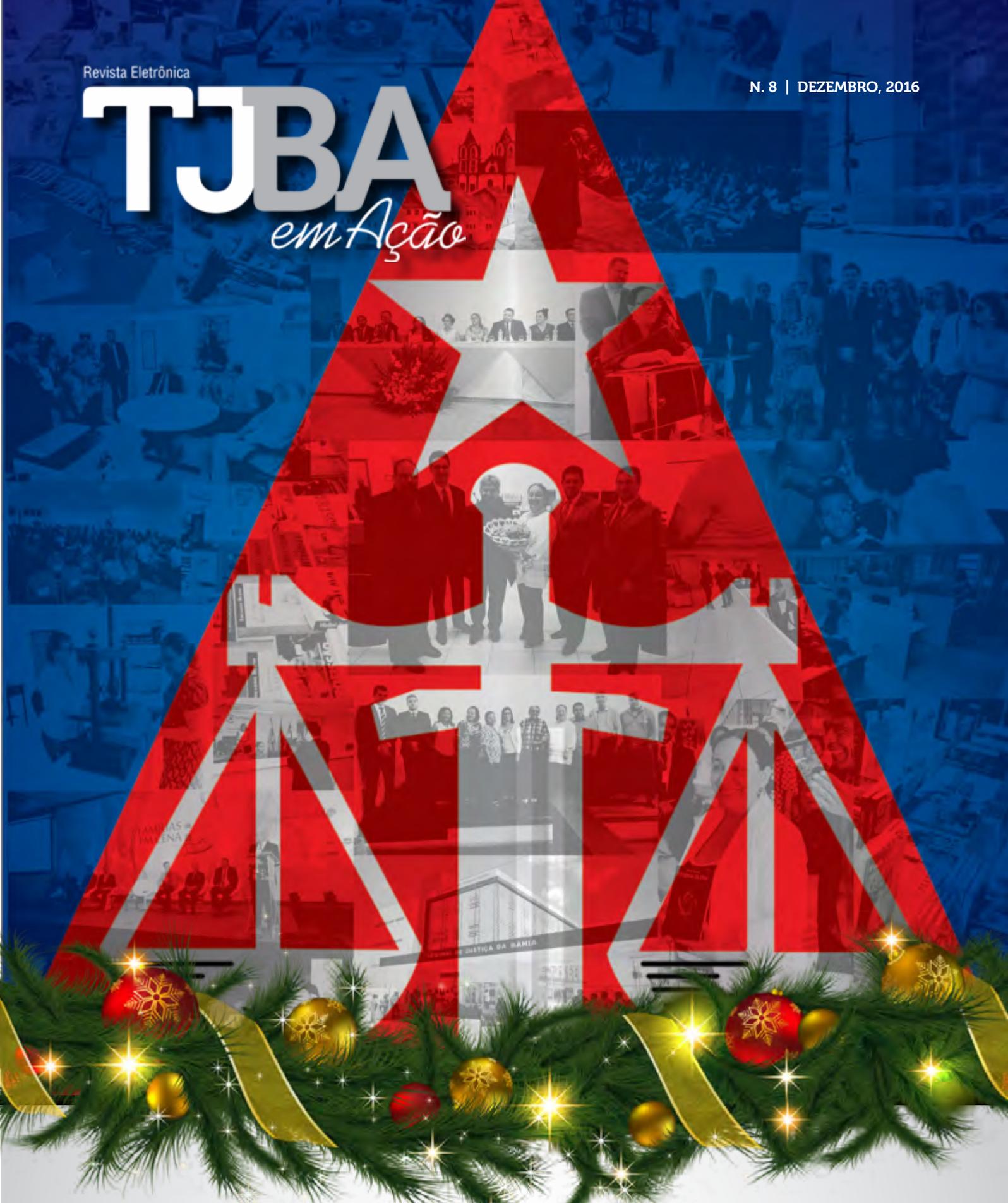


# TJBA

*em Ação*



# A FORÇA DO TRABALHO

Realizações de 2016 sinalizam a chegada de um ano novo com a firmeza de fazer acontecer. Nesta edição especial, vamos agradecer as conquistas e projetar um 2017 ainda mais firme e forte.



“

A justiça (dikê) é a virtude geral, que ordena e harmoniza, e assim nos assemelha ao indivisível, divino, moral e sábio

”

Platão



## Sumário

Livre expressão .....	4
Diretoria de primeira .....	6
Cartório Integrado .....	8
Condomínio paralela .....	10
Conhecer para mudar o mundo .....	12
Presidência vai lá e faz .....	14
Justiça em rede .....	16
Soluções que mudam vidas .....	20
Caldeirão cultural .....	22
Jóia rara .....	26
Mensagem da presidente .....	28
Medida de urgência .....	30
Vidas felizes .....	32
O mundo das cores .....	34
Ciranda do saber .....	36
Futuro presente .....	37
Cejusc .....	38
Foco no acordo .....	40
Saúde pública é o que interessa .....	42

## Com a palavra...

**E**ste é o oitavo número da nossa Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO. Com ele encerramos 2016 e nos aproximamos de completar um ano de gestão. Neste período, pude perceber em toda a sua dimensão a enormidade do desafio de dirigir o nosso TJ, embora já estivesse ciente das dificuldades que encontraria. O momento histórico do País e a crise financeira são apenas dois entre os inúmeros obstáculos com os quais nos deparamos, a ponto de ainda hoje eu me encontrar inteiramente empenhada em garantir o salário de dezembro e o décimo-terceiro de magistrados e servidores.



Mas, mesmo dentro desse cenário desfavorável, muita coisa conseguimos avançar. Como exemplo, posso apontar o esforço para resolver o congestionamento na primeira instância, com inúmeras iniciativas que culminaram em sentenças, acordos e saneamento em milhares de processos. Por meio do NUPMEC e CEJUSC foram cerca de 5 mil sentenças homologatórias, 20 turmas de mediação judicial formadas e 3 turmas de mediação básica. Em outra linha, mas ainda com foco no primeiro grau, lançamos o projeto Cartório Integrado, visando centralizar as atividades dos cartórios em um ofício único, com divisão de equipes destinadas a cuidar do atendimento ao público, da movimentação dos processos e da expedição de documentos. Inicialmente, a implantação envolveu as 2ª, 5ª, 10ª e 11ª Varas de Relações de Consumo e tenho recebido constantes manifestações positivas de advogados e partes. Algumas observações críticas também nos chegam e são imediatamente anotadas e repassadas à diligente Diretoria de Primeiro grau, a fim de que sejam providenciadas as melhorias necessárias.

Por outro lado, priorizamos também a capacitação. Na Universidade Corporativa foram oferecidas, apenas em 2016, mais de 20 mil vagas, com 55% presenciais e 45% de EAD. Além disso, celebramos 21 parcerias e convênios com entidades externas nas esferas federal e estadual.

Enfim, não vou me alongar mais. Na leitura dos textos a seguir vocês constatarão que muito tem sido feito, porém sabemos que há ainda muito mais por se fazer e a hora é agora. Não temo, pois o trabalho não me assusta e conto com uma equipe atuante, formada por magistrados e servidores competentes e dedicados. Juntos, somos muito fortes. Feliz Natal e boa leitura.

*Des. Maria do Socorro Barreto Santiago*  
Presidente



**Presidente:** Des. Maria do Socorro Barreto Santiago; **1º. Vice-presidente:** Des. Maria da Purificação da Silva; **2º. vice-presidente:** Des. Lícia de Castro Laranjeira Carvalho; **Corregedor geral da Justiça:** Des. Osvaldo de Almeida Bomfim; **Corregedoria de Comarcas do Interior:** Des. Cynthia Maria Pina Resende

**Conselho Editorial:** Juíza Verônica Ramiro, Carlos Machado, Cícero Moura, Flávio Novaes, Igor Caires e Joana Pinheiro

Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO, Nº 8, Ano 1, Dezembro de 2016

**Assessor de Comunicação/jornalista responsável:** Flávio Novaes (DRT-1724 - Coordenação editorial) | **Edição:** Paulo Leandro (DRT-1214/BA) **Reportagem e textos:** Ari Donato (DRT-712/BA) e Danile Rebouças (DRT-2417) | **Projeto Gráfico:** Adriano Biset Queiroz **Repórter Fotográfico:** Nei Pinto | **Colunista:** Adriana Barreto | **Estagiárias:** Ana Luiza Bético, Rayane Araújo e Rafaela Landim **Secretária:** Surânia Franco Lima Sales | **Colaboradores:** Julia Spinola (Unicorp), Edmundo Hasselmann e Angela Peroba

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br • Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538 • whatsapp (71) 98118.2361



Carlos Machado  
Secretário Judiciário

## É Natal

**É** Natal. Quisera fosse outra data qualquer, mas é Natal. Chega acompanhado de uma sensação desconhecida, misto de angústia e melancolia, uma quase tristeza imponderável ou uma saudade inquietante, não se sabe de quem ou de quê.

São trocados abraços, presentes, votos de felicidade eterna. São embelezados os lares e postas as mesas em profusão. Armam-se presépios, elegem-se amigos ocultos, perdoam-se ofensas e ingratidões, esquecem-se as mágoas; afinal, é chegado o Natal.

Contudo, por mais que a ocasião estimule a aproximação, o compartilhamento e a completude, perdura um impalpável sentimento de vazio, uma inoportuna insatisfação, um desconforto que sugere a falta de alguma coisa indefinível. É uma ausência que insiste em se fazer presente, paradoxalmente, inconvenientemente, alheia à festa, indiferente às comemorações, insensível à fartura.

É algo que não se contenta com os votos de boas-festas, mas comemora o brilho nos olhos; desdenha das amizades secretas,



## LIVRE EXPRESSÃO

porém regozija-se nos abraços espontâneos; despreza a opulência nas mesas, todavia agrada-se do pão partilhado; ignora a armação dos presépios, no entanto acolhe os corações desarmados; dispensa as demonstrações de alegria, contudo abençoa a brandura nas atitudes; foge das decorações principescas, entretanto refugia-se nos lares pacificados.

Talvez tudo isso nos cause um certo desconforto, uma vaga sensação de mal-estar. Cabe-nos, contudo, resistir e nos entregar completamente à tão almejada felicidade, de forma plena, total, incondicional. Não importa que a fartura das ceias não preencha o vazio no coração, que os presentes não substituam a presença e que os votos de feliz natal soem mais como cumprimento que como desejo. Não importa. Nada importa. Resta-nos sorrir, abraçar, trocar presentes e votos de boas-festas. E se em algum momento você questionar a sinceridade de um sorriso ou a intenção de um abraço, não se perca em julgamentos; simplesmente aceite o gesto, sorria e abrace de verdade. Afinal, é Natal. Quisera fosse outra data qualquer, mas é Natal. 🎅



## SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



[facebook.com/TribunalJusticaBA](https://facebook.com/TribunalJusticaBA)



[instagram.com/tjbaoficial](https://instagram.com/tjbaoficial)



[twitter.com/tjbahia](https://twitter.com/tjbahia)



[youtube.com/tribunaljusticaba](https://youtube.com/tribunaljusticaba)



[flickr.com/tjbahia](https://flickr.com/tjbahia)



[soundcloud.com/tjbahia](https://soundcloud.com/tjbahia)

# DIRETORIA DE PRIMEIRA

Mais perto, mais rápido, mais eficiente na busca de estratégias de gestão: tudo pela melhoria do serviço prestado ao jurisdicionado



Direito a voz em busca da melhor solução: democracia participativa para levar adiante os avanços

**U**ma atenção especial para a porta de entrada do Judiciário. A criação da Diretoria de Primeiro Grau, na atual gestão, reuniu as ações que envolvem o chamado Primeiro Grau de Jurisdição, no qual atuam os juízes, responsáveis pela primeira resposta da Justiça ao cidadão.

Inicialmente, foi preciso aprovar a mudança da Diretoria Geral para Diretoria de Primeiro Grau. A alteração no Regime Interno do Tribunal de Justiça da Bahia permitiu à Diretoria de Primeiro Grau ficar responsável pela comunicação entre as unidades da primeira instância e os demais órgãos de apoio técnico-administrativo da Justiça.

Logo em março, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago foi à capital paulista para conhecer a Secretaria da Primeira Instância (SPI) do Tribunal de Justiça de São Paulo, pioneiro na criação de um serviço voltado exclusivamente para o Primeiro Grau.

A SPI paulista serviu como modelo. Funciona tipo um órgão responsável pelos interesses das unidades da primeira instância em todo o Poder Judiciário, inclusive com a Corregedoria Geral.

A visita reforçou as ações já em andamento na Bahia. Tudo para aprimorar os serviços prestados por magistrados e servidores. E as conquistas alcançadas neste primeiro ano não foram poucas.

A principal delas é a implantação do cartório integrado. Inspirado também em experiência paulista, a primeira unidade, depois de quatro meses de funcionamento, respondeu com saldo tão positivo, que a Diretoria já tem dia agendado para lançar o segundo cartório.

**Parceria** – Em uma parceria com as corregedorias Geral da Justiça e das Comarcas do Interior, a Diretoria de Primeiro Grau revolucionou o funcionamento de diversas unidades judiciais em todo o estado.

As atividades de saneamento incluíram arrumação de cartórios e, principalmente, uma ação com força-tarefa para a baixa processual, o que contribuiu para a diminuição considerável de diversos acervos, muitas vezes com milhares de processos a menos nas prateleiras e nos sistemas.

O trabalho também contou com uma integração decisiva com a Controladoria do Tribunal de Justiça, a partir da elaboração de um manual prático de apuração e cobrança de custas finais, necessárias para que o processo tenha, enfim, baixa do acervo.

**Eficiência**- Em outra iniciativa que mostra o cuidado da gestão com o Primeiro Grau, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago pediu a inclusão do Tribunal de Justiça da Bahia no Projeto Diagnóstico para Eficiência no Poder Judiciário, coordenado pelo Conselheiro Norberto Campelo, do Conselho Nacional de Justiça.

Inicialmente projetado para tribunais de pequeno porte, o projeto aceitou a inclusão da Bahia, tribunal de médio porte. Assim, em novembro, o conselheiro esteve no estado para audiências com equipe técnica, juízes e desembargadores em Salvador, e com juízes em Vitória da Conquista, no Sudoeste do Estado.

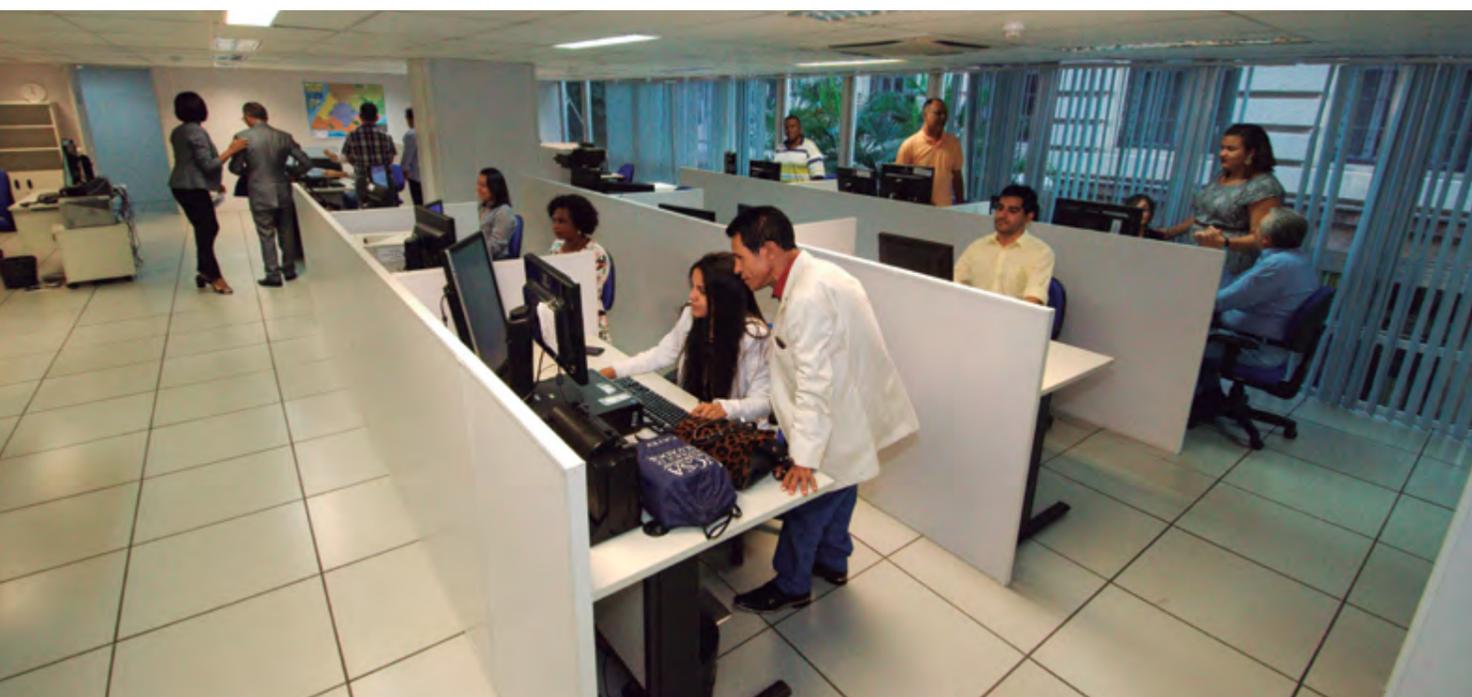
E para acompanhar a eficiência, produtividade e qualidade da prestação jurisdicional do Primeiro Grau, a presidente criou Grupo de Trabalho composto pelas juízas assessoras Marielza Brandão - na qualidade de presidente - e Rosana Frago Modesto, além do diretor de Primeiro Grau Cícero Moura, o secretário de Planejamento e Orçamento Igor Caires e o assessor João Felipe Menezes, com a finalidade de acompanhar a execução de medidas para melhoria dos resultados.

Foram nomeados 15 analistas judiciários e 15 técnicos judiciários que aguardavam no cadastro de reserva. Mais força de trabalho, mais força para o Primeiro Grau. 📌



Experiência pioneira na Bahia fortalece qualidade na prestação de serviço com o atendimento unificado de quatro varas

## A CERTEZA DO UNO INDIVISÍVEL



Celeridade na tramitação, facilidade de comunicação e acesso aos processos: tudo mais rápido e eficiente no novo sistema



Proposta de sistema para agilidade na tramitação de processos é implementado no TJBA

**D**igite na agenda: 13 de fevereiro, uma segunda-feira, no Fórum Cível Orlando Gomes, no bairro de Nazaré. É a data prevista pela Diretoria de Primeiro Grau para a instalação do segundo Cartório Integrado do Tribunal de Justiça da Bahia.

Neste caso, integração rima com agilidade. A decisão de implantar um novo espaço onde funcionarão mais quatro varas - 8ª, 9ª, 15ª e 19ª - de relação de consumo da capital, em ofício único, significa melhor serviço prestado ao cidadão.

O projeto-piloto, implantado em 19 de agosto de 2016, reunindo a 2ª, 5ª, 10ª e 11ª varas das relações de consumo, em apenas um mês de funcionamento, gerou um aumento de produtividade superior à projeção inicial de 30%.

Assim, naturalmente, nasce o segundo cartório, invertendo a velha lógica do futebol: em time que está ganhando, é melhor reforçar.

A nova unidade terá estrutura e dinâmica similar à primeira, com formato especial de gestão de pessoas, de processos, de trabalho, de espaço físico, de acervo e melhor aproveitamento dos recursos orçamentários.

A iniciativa do TJBA é inspirada no Cartório do Futuro do Tribunal de Justiça de São Paulo, em funcionamento desde 2014. “Se a iniciativa de São Paulo mostrou-se tão vitoriosa, não havia motivo para reinventar a roda”, frisou a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago. “Com essa união das varas, estamos estabelecendo um novo paradigma”, acrescentou.

Os servidores atuam divididos em quatro grupos: atendimento, movimentação de processos, expedição e administrativo. A mudança no fluxo de trabalho, conforme o Diretor de 1º Grau, Cícero Moura, envolve a melhor utilização do sistema SAJ pelos servidores, que passaram por capacitação tanto para aprimorar o uso da ferramenta e movimentação dos processos, quanto para identificar competências.

“Com essa divisão de atividades buscamos dar efetividade e celeridade aos processos. Não é questão só de reunir os cartórios, é encontrar uma melhor forma de atuação e valorização do primeiro grau”, explica.

“Já conseguimos padronizar procedimentos e melhorar a prestação jurisdicional”, comemora. 📌

# CONDOMÍNIO PARALELA

Juizados Especiais reunidos  
no Fórum Regional do Imbuí

**U**ma ideia simples, mas que adiantou o lado de todo mundo: cidadãos, advogados, servidores e magistrados. O Sistema dos Juizados Especiais passou a atender, integralmente, no Fórum Regional do Imbuí.

A mudança de 20 varas do Sistema dos Juizados Especiais da capital para o Fórum do Imbuí fortaleceu o atendimento ao jurisdicionado. O resultado aparece no desempenho: o número de processos julgados é superior ao que o Protocolo recebeu este ano.

Passaram a funcionar neste prédio, todas as unidades que prestam atendimento nas áreas de Defesa do Consumidor, Causas Comuns, Trânsito e Fazenda Pública, além das turmas recursais.

“É um espaço digno, com condições adequadas - que em breve será atendido pelo metrô – e que reúne todas as varas, evitando o deslocamento para unidades diversas”, afirma o coordenador do Sistema dos Juizados Especiais, juiz Paulo Chenaud. O magistrado ressalta que a mudança gera ainda economia para o tribunal, com o transporte e envio de documentos, já que as unidades judiciais concentram-se em único local.

Os Juizados Especiais, criados pela Lei 9.099 / 95, processam e julgam ações de menor complexidade, cujos valores da causa não sejam superiores a 40 salários mínimos, dando ênfase à fase de conciliação e transação.

Além das causas cíveis, de relação de consumo e trânsito, também julgam crimes de menor potencial ofensivo, como contravenções penais e os crimes de pena máxima de até dois anos. 🏠



# CONHECER PARA MUDAR O MUNDO

Foco principal na gestão e no ensino

Os números não mentem. A cada ano, a Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça, já bem conhecida, dentro e fora da instituição como Unicorp, amplia a sua meta de assegurar a educação corporativa e a gestão do conhecimento.

Só em 2016, foram oferecidas aproximadamente 20 mil vagas para magistrados e servidores. As ações presenciais alcançaram 55% dos alunos, enquanto que 45% foi destinada à modalidade de Ensino a Distância (EAD).

A Unicorp contabiliza 20 parcerias e convênios celebrados com entidades públicas e privadas.

Para 2017, a perspectiva é de crescimento. A projeção é para mais 2 mil vagas, totalizando 22 mil vagas para cursos de formação e especialização para servidores e magistrados.

Entre eles está o curso de Desenvolvimento do Potencial e Liderança e Trabalho em Equipe com até mil vagas, além do curso Improbidade Administrativa com 1.800 vagas disponíveis.

“As expectativas para o ano que vem são as melhores. Queremos implantar um programa de formação de formadores, no sentido de formar pessoas, valorizar e sustentar os nossos instrutores próprios da Unicorp”, afirma a secretária geral da Universidade Corporativa do TJBA, Joana Pinheiro.

O ano marcou também o início das atividades da nova sede, no bairro de Monte Serrat. O espaço, adaptado para um ambiente de capacitações e aprendizagem, atende magistrados, servidores e toda a comunidade jurídica que participam dos cursos, workshops e seminários promovidos pela Unicorp.

Antes, a Universidade do TJBA, que iniciou seu trabalho há seis anos, funcionava no subsolo do prédio anexo ao edifício-sede do tribunal, no Centro Administrativo da Bahia. 📍

# PRESIDÊNCIA VAI LÁ E FAZ

Quem quer fazer acontecer, não fica aí parado: estratégia é conhecer de perto e buscar soluções



Desembargadora Maria do Socorro, em mais uma solenidade de inauguração: rotina feliz de mudar para melhor o nosso Judiciário

**M**obilizar, mexer, sair da inércia, sacudir, circular, melhorar. O projeto Presidência em Movimento, criado pela atual gestão, percorreu unidades da capital e do interior em busca do diálogo com servidores e magistrados, sempre com foco na melhoria dos serviços.

Do Fórum do Imbuí à comarca de Caravelas, no Extremo Sul, passando por Morro de Chapéu, na Chapada Diamantina, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago esteve em cartórios, conheceu instalações, conversou, tomou decisões importantes.

Em uma das visitas, sorriso estampado no rosto, a presidente inaugurou o Fórum de Serrinha. A 170 quilôme-

tros de Salvador, a comarca há muito esperava por uma sede do Judiciário, local mais apropriado para atender à comunidade jurídica.

Serrinha agora conta com um edifício de quatro pavimentos, três elevadores, com pátio interno para o estacionamento de veículos, construído em uma área de 1,7 mil metros quadrados, pronto para abrigar até sete unidades judiciais. Por enquanto, começa com quatro varas: duas cíveis, uma criminal e uma dos juizados especiais.

“Muito bom, só vejo elogios. Representa um avanço grande pra cidade de Serrinha e região”, disse Reinaldo Brito, atendente de recepção dos juizados especiais.

Em outra edição marcante, o projeto Presidência em Movimento esteve no Extremo Sul, por onde passou pelas comarcas de Prado, Alcobaça, Caravelas, Teixeira de Freitas e Itamaraju.

Em Caravelas, festa dos servidores, que há quase 20 anos não recebiam a visita de um chefe do Poder Judiciário. E as boas-vindas foram dadas em forma de boa notícia: “Já trabalhamos 100% com processos digitais, na vara cível, com o PJe”, anunciou, sorriso no rosto, a escritã Ucele Alves dos Santos.

Com o juiz Daniel Serpa de férias, Ucele apresentou o fórum à presidente. Na sequência, muita conver-

sa e, ao final, a foto tradicional, sempre solicitada pelos servidores.

Houve visita também aos fóruns de Prado e Alcobaça. Já em Teixeira de Freitas, após ir ao fórum e conversar com juízes, servidores e advogados, a presidente assistiu a uma apresentação da orquestra 9 de maio, do maestro Orley Silva. Formada a partir dos recursos das transações penais, utilizadas para a compra dos instrumentos, a orquestra é formada por crianças de comunidades.

E o repertório do cancionário popular levou às lágrimas parte do público que assistia ao show. A presidente fez questão de cumprimentar, um a um, em especial a pequena Maísa, de três anos, que já inicia os primeiros passos como solista.

Já em Itamaraju, o momento mais emocionante da viagem. Na Associação Arco Íris, no subúrbio da cidade, a presidente conheceu Martinha, assim vamos chamá-la. Treze anos. Faz escova no cabelo. E ficou surpresa com a grande movimentação na entidade que cuida de crianças em situação de risco, vítimas de maus-tratos no lar.

Martinha foi abusada sexualmente. Ela e os cinco irmãos, todos mais novos, vivem na instituição aguardando uma decisão judicial: a reintegração à família biológica ou a adoção. “O Judiciário é fundamental para que o futuro dessas crianças esteja garantido”, disse a presidente. 🙌



Maísa, de três anos, ganhou carinho especial da presidente, desa. Maria do Socorro Barreto Santiago



Nova Viçosa



Poções



Coité



Caravelas

# JUSTIÇA EM REDE

Equipes de trabalho presentes em comarcas de todas as regiões baianas

**A** proposta de dedicar-se ao serviço para prestar o melhor atendimento ao jurisdicionado ganhou as comarcas de todas as regiões baianas. Seja no cumprimento do decreto que reduziu despesas, seja na baixa processual, ou na luta diária para avançar no uso do meio digital, em todas as frentes de batalha, as equipes do interior disseram sim aos comandos da presidência, assessorias especiais e diretoria de 1º. Grau.

Seguem, aqui, os registros de algumas destas valorosas equipes, representando dezenas de outras que fazem o dia a dia do tribunal, com muito suor, vontade e firmeza para levar a justiça a quem mais precisa. 🙌



Maraú



Itabuna



Itaberaba



Capim Grosso



Monte Santo



Riacho de Santana



Jitaúna



Jequié



Cotegipe



Vitória da Conquista



São Felipe



Ipiá



Ibirataia



Lauro de Freitas



Mata de São João



Coaraci



João Dourado



Luis Eduardo Magalhães



Queimadas



Retirolândia



Buerarema



Castro Alves



Guanambi



Cansanção

# SOLUÇÕES QUE MUDAM VIDAS

Núcleo de Precatórios viabiliza pagamentos e promove Justiça

**I**dosos e pessoas com doenças graves chegaram ao final de 2016 com um grande sorriso no rosto e a sensação de Justiça.

O Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia promoveu a entrega de 129 alvarás de pagamentos preferenciais, no valor total de R\$ 4,5 milhões.

Os precatórios são valores devidos por empresa ou órgão público, após a condenação judicial definitiva. Cabe ao Judiciário garantir o cumprimento dessa sentença.

Desta vez, os beneficiários são aqueles considerados credores preferenciais, de acordo com o artigo 100 da Constituição Federal. Eles receberam o alvará em solenidade realizada no auditório da sede do TJBA, coordenada pela juíza gestora do Núcleo, Verônica Ramiro.

O cronograma de pagamentos segue em 2017. O núcleo iniciou o período de habilitação, com base

em novo edital que prevê o pagamento total de R\$ 240 milhões. Pode participar quem possui precatórios vencidos do Estado e pretende negociar para antecipar o pagamento. Todos os credores com precatórios com vencimento até o dia 31 de dezembro de 2016 podem habilitar-se a fazer o acordo com deságio de 40%.

O período de habilitação segue até o dia 28 de fevereiro de 2017. Para realizar a inscrição, os interessados devem preencher o formulário disponível no site do TJBA, na aba “Cidadão”, pelo link “Precatórios”, ou na sede do próprio Núcleo de Precatórios, no prédio-sede do Tribunal, no Centro Administrativo da Bahia.

O período de habilitação será mais extenso dessa vez - até o dia 28 de fevereiro de 2017. O pagamento será realizado em lotes de 20 precatórios por vez, em ordem cronológica, enquanto houver saldo disponível. 📄



# CALDEIRÃO CULTURAL

Leitura de ótima qualidade previne ignorância e violência

**E**scritores independentes, livrarias, distribuidoras de livros, editoras e sebos puderam participar da 3ª Semana Literária do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, organizada pelo Centro Cultural do TJBA em conjunto com a Diretoria do Primeiro Grau, Assessoria de Ação Social, Coordenação de Biblioteca (Cobit) e o Cerimonial da Presidência.

Com o objetivo de fomentar a cultura, incentivar a leitura e aproximar o Poder Judiciário da sociedade, a Semana Literária reuniu livros com os mais diversos temas, como literatura infantil, história política do Brasil, técnicas de mediação, torcidas de Vitória e Bahia, além de contos e crônicas sobre a trajetória dos viajantes baianos na construção de nossas múltiplas identidades.

O evento contou com uma série de atividades culturais, com a presença de poetas, cordelistas, músicos e outros inúmeros artistas, mudando a rotina do TJBA e dando seguimento às ações afirmativas de aproximação do Judiciário com a cultura, as artes e a produção de conhecimento.

O Tribunal de Justiça ofereceu o espaço físico e o apoio necessário para montagem e desmontagem da exposição dos trabalhos literários, ficando a critério do autor a comercialização do livro.

O TJBA solicitou a cada autor a doação de um ou dois exemplares, após a exposição. A depender da temática, o produto será destinado para a biblioteca do TJBA, bibliotecas públicas e/ou organizações beneficentes.

A Semana Literária fez referência ao Dia Nacional do Livro, comemorado a 29 de outubro. 📖



## 3ª Semana Literária





# JOIA RARA

Memória do Judiciário é preservada

São milhares de livros novos e antigos protegidos por iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. As prateleiras dos cartórios, repletas de preciosidades, consistem um rico centro de pesquisa e documentação. Especialistas a serviço da Justiça dedicam-se à tarefa de recuperar documentos antigos, muitos deles em péssimo estado de conservação.

O objetivo do trabalho pela recuperação da memória do tribunal não se esgota em si. Os livros passam também por restauração, revitalização, higienização, conservação e preservação. É a salvação dos documentos cartorários do Poder Judiciário.

De acordo com Edmundo Hasselmann chefe do Núcleo de Documentação e Informação (NDI) do TJBA, após a restauração, os livros são digitalizados e devolvidos à unidade judicial de origem. Com a informatização dos dados, reduz-se a necessidade de manuseio do livro e sua consequente degradação.

A média é de 10 livros recuperados por mês, entre livros de registro de nascimento, casamento, óbito, registro de imóveis e outros que foram selecionados através da solicitação dos magistrados de diversas comarcas.

A recuperação do acervo atualiza também a potência de pesquisa de historiadores e juristas, no sentido de buscarem produzir conhecimento por meio dos registros encontrados nos livros cartorários que o tribunal vem salvando da extinção 📖



Todo cuidado é pouco para a equipe de trabalho manter as características originais do livro de registro do cartório



## MENSAGEM DA PRESIDENTE

**A**caba agora a nossa última sessão plenária de 2016. Aqui discutimos diversos temas relevantes, com muito mais concordâncias que divergências. E mesmo quando os entendimentos permaneceram conflitantes, com desprendimento conseguimos limitá-los apenas ao campo dos conceitos e interpretações, jamais permitindo que resvassem para o lado pessoal. E é assim que nos aproximamos do Natal. Um Natal baiano, mistura de cores e religiosidades que, quanto mais diferem entre si, mais nos aproximam uns dos outros, como se as diferenças não fossem senão um convite para celebrarmos as semelhanças. É como se fosse um BaxVi. As torcidas divergem entre si, se provocam mutuamente, lutam pelo título, brincam com o vice, mas no final festejam felizes, afinal estão ambas na primeira divisão.

E é justamente por estar aqui neste Colegiado em que somos tantos, mas sabemos ser um quando necessário, é que proponho a todos uma prece de agradecimento. Não importa a crença de cada um e nem mesmo a falta de fé, porque ao agradecer nos unimos pelo sentimento e pelo desejo de entregar a cada jurisdicionado a melhor justiça que possamos lhes dar. Agradecemos pela oportunidade de estar aqui, praticando o nosso ofício e lembramos com saudade e oração de tantos que nos antecederam na caminhada para além desta convivência física. Que o Natal nos surpreenda com os seus presentes, mas não se esqueça de nos trazer a presença. Presença dos que amamos mais. Presença dos que amamos menos do que deveríamos e, principalmente, a presença daqueles que ainda não amamos, mas precisamos amar enquanto ainda é tempo. Este é o Natal que desejo a todos nós. Aos Magistrados, aos Servidores e Colaboradores, aos Advogados, aos membros do Ministério Público, Defensores Públicos, jurisdicionados... enfim, a todos indistintamente. E que no novo ano que se aproxima possamos continuar juntos. Não importam nossas limitações, desde que estejamos juntos e inteiros, como nos ensinou em breves, belas e sábias palavras, Fernando Pessoa:

*“Para ser grande, sê inteiro:  
Nada teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa.  
Põe quanto és no mínimo que fazes.  
Assim em cada lago a lua toda Brilha,  
porque alta vive.”,*

*Feliz Natal!*

**Maria do Socorro Barreto Santiago**  
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia



# MEDIDA DE URGÊNCIA

A segurança da mulher em jogo

O incentivo às equipes de trabalho do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a fim de conhecer os avanços realizados na questão de gênero após a implementação da Lei Maria da Penha, vem dando resultados pelo engajamento e empenho de magistrados e servidores com um objetivo bem definido: trabalhar pela paz no lar. Se muito vale o já feito, há ainda muito trabalho pela frente: segundo dados da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), uma a cada cinco mulheres brasileiras é vítima de violência doméstica e cerca de 80% dos crimes são cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

Implementada no dia 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 - Lei Maria da Penha, traz um olhar especial para a segurança da mulher e visa aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos. É normalmente aplicada aos homens que agredem física ou psicologicamente a uma mulher.

Alguns dados recentes ajudam a demonstrar o tamanho do problema: mesmo com a Lei Maria da Penha já implementada, uma pesquisa de 2010, realizada pela Fundação Perseu Abramo, demonstrou que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos no país; uma em cada cinco mulheres afirmou que já sofreu algum tipo de violência de um homem, conhecido ou não; o parceiro é responsável por 80% dos casos reportados.

## A RONDA

Em meio a essa situação, foi criada, através de Termo de Cooperação, a Ronda Maria da Penha, um programa liderado pela major da Polícia Militar da Bahia, Denice Santos do Rosário. O objetivo consiste em dar apoio e orientação nas ocorrências das rondas policiais envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica.



Com pouco mais de um ano e meio de operação vem chamando a atenção de pesquisadores e de outras corporações policiais pelos bons resultados obtidos pelo trabalho desenvolvido pela ronda. A desembargadora Nágila Maria Sales Brito, da Coordenadoria da Mulher do tribunal, agradece o empenho dos policiais na efetiva atuação a tempo de proteger as mulheres.

Com a participação da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o programa prevê a capacitação de policiais militares que executarão a ronda, a qualificação dos serviços de atendimento, apoio e orientação nas ocorrências policiais envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica, para prevenir e reprimir atos de violações de dignidade do gênero feminino no enfrentamento à violência doméstica e familiar; garantir o cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência;

a dissuasão e repressão ao descumprimento de ordem judicial; e o encaminhamento das vítimas à Rede de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica no âmbito municipal ou estadual.

No primeiro semestre de 2016, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) recebeu 26.674 chamadas na Bahia, com notificações que vão de ofensas verbais a graves agressões físicas. Tramitam no Estado mais de 26 mil processos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao final de cada um deles, são determinadas ou não medidas protetivas, que, entre outras ações, podem proibir o homem de se aproximar da mulher ou afastá-lo do lar.

São tantas as mulheres em situação de risco que a frágil fronteira que separa a vida e a morte precisa mesmo de muita proteção e solidariedade. 🙏

# VIDAS FELIZES

Cuidar dos filhos com amor é um dos resultados do Pai Presente

Com o propósito de ampliar o processo de reconhecimento de paternidade, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em 2016, fortaleceu o Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto, que tem o objetivo de estimular o reconhecimento de paternidade, permite aos pais, as mães e aos filhos realizarem as declarações espontaneamente e conta com o apoio do Grupo de Assistência à Criança com Câncer (GACC), parceiro do TJBA há três anos.

É através de um formulário, que integra o Sistema de Cadastro de Certidão (SCC), que permite a mãe indicar o suposto pai da criança no ato do registro de nascimento, com imediato

pré-agendamento de audiência de reconhecimento de paternidade para uma data posterior.

Esses dados são encaminhados diretamente ao Cadastro do Pai Presente, e possibilitam que o processo de reconhecimento de paternidade seja iniciado imediatamente após o registro da criança. Após as sessões do Projeto Pai Presente é necessário o comparecimento ao cartório mais próximo ao local da residência dos pais para dar início ao processo de registro.

O Pai Presente é objeto de pesquisa na Universidade de Campinas, em São Paulo. Ao comemorar 50 anos de fundação, a Unicamp publicará um livro que tem como um dos temas o alcance social do projeto. O estudo vem sendo realizado no Núcleo de Estudos de População

Elza Berquó pela equipe de pesquisadores liderada pela professora doutora Joice Melo Vieira, integrante do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

“Uma das leituras positivas da iniciativa é a que busca equiparar a responsabilidade de homens e mulheres no que diz respeito à reprodução; é muito válido que se estimule o reconhecimento paterno, bem como que se discuta a importância da participação do pai, biológico ou não, na vida dos filhos”, frisou a pesquisadora.

Desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em Salvador e comarcas do interior do Estado, o projeto vem alcançando cidadãos com mais dificuldade de acessar o Poder Judiciário como forma de pacificar conflitos entre os pais.

Pai presente: fundamental para o equilíbrio



# O MUNDO DAS CORES

Arte unida jamais será vencida pela realidade



**N**ão importa a expressão artística, o que vale é a emoção que a arte proporciona a quem sabe admirá-la com a sensibilidade que ela merece. Com essa premissa, o Tribunal de Justiça da Bahia, neste ano de 2016, não esqueceu de abrir suas portas para a arte e cultura. Os servidores, magistrados e cidadãos baianos puderam apreciar obras de artes belíssimas expostas no pátio do TJBA.

A artista uruguaia Mirtha Olivera expôs no Centro Cultural do TJBA suas pinturas de quadros a óleo sobre aspectos de áreas urbanas com reminiscências do período colonial, como são os casos do Pelourinho, em Salvador, e da Colônia de Sacramento, perto de Montevidéu, de onde veio há 16 anos.

Seu filho apaixonou-se por uma baiana e provocou a mudança da família que, rapidamente, adaptou-se a Salvador. “Pinto quadros a partir das fotos e lembranças de locais que para mim são significativos, geralmente relacionados a meus familiares”, afirmou.

Casada com Valter Carvalho, com quem começou a relacionar-se ainda adolescente, aos 15 anos,

Mirtha paga parte da fisioterapia do marido com o dinheiro arrecadado. Valter sofre consequências de um acidente vascular cerebral.

Os efeitos da doença aumentaram o amor de Mirta por Valter pois os cuidados com o marido são necessários para mantê-lo vivo. A história de vida deste casal de uruguaios parece até uma outra obra de arte, talvez mais significativa que todas da exposição.

Apaixonados desde muito jovens, buscam juntos a inspiração tão necessária para encantar servidores e magistrados que apreciam as telas. “O que seria de nós, sem a arte, para enfrentarmos a realidade?”, questiona, em dimensão filosófica existencial.

Outro artista que apresentou o colorido de suas pinturas foi Sérgio Amorim: ele é natural de Itaberaba e tem telas espalhadas por todo o Brasil, resultado das diversas exposições que promoveu. Há ainda pinturas dele na Itália, Espanha, Paraguai, Portugal, Nova Zelândia e Argentina.

Suas telas mostram embarcações, igrejas e casarios, e aspectos da cidade de Salvador, que se

destacam pelo colorido tropical, em meio a sombreamentos e iluminação acentuados.

## EXPOSIÇÃO ALÉM DO PRECONCEITO

Em homenagem ao dia Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março), o pátio do TJBA também foi palco da exposição que mostrou a capacidade de jovens e crianças portadoras de Síndrome de Down. A série de pinturas, intitulada ‘A arte de viver’, foi promovida pela Associação Baiana de Síndrome de Down, pela Diretoria Geral e pelo Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

São 20 fotografias de crianças, produzidas por Jaime Córdova, que destacou a participação da Assessoria de Ação Social do Tribunal de Justiça, “ao abraçar esse nosso projeto social, montado sem fins lucrativos”.

“Buscamos ambientes formadores de opinião, formadores de legislação, e também que aplicam as leis, para nos ajudar a mostrar que pessoas com SD são totalmente capazes, dentro de suas limitações”, disse Livia Borges, diretora da associação.

A proposta da exposição, à base de imagens cotidianas de crianças portadoras de síndrome de Down, explicou a diretora da associação, “é mostrar à sociedade civil que a diversidade é que nos torna rico como seres humanos”.

Segundo a Associação Baiana de Síndrome de Down, enquanto a maioria das pessoas têm 46 cromossomos (menor corpo existente no interior da célula), aquelas com a síndrome de Down possuem 47; um a mais no par de número 21. A presença de um cromossomo a mais é determinada por uma alteração genética, pode ocorrer com qualquer casal, independentemente da faixa etária e herdada em poucos casos.



Salvador e suas sombras e luzes: oportunidade de revisitar o mundo, que parece o mesmo, mas pode tornar-se bem diferente



# CIRANDA DO SABER

**E**m um mundo de internet, o livro de papel tende a ficar esquecido. Porém, existem aquelas pessoas que dão o maior valor de uma boa leitura no velho e bom suporte de papel.

Pensando nisso, o Tribunal de Justiça da Bahia iniciou o projeto Ciranda do Saber, vinculado ao Núcleo de Documentação e Informação (NDI) e à Coordenação de Biblioteca (Cobit) do TJBA.

O lançamento oficial do projeto, que tem caráter permanente, aconteceu no dia 25 de outubro de 2016, dentro da programação cultural da 3ª Semana Literária do TJBA, que aconteceu de 24 a 27 de outubro.

Além da divulgação do saber e da promoção do conhecimento, o Ciranda do Saber é um instrumento de educação moral pois permite que o usuário fique à vontade ao decidir os prazos para devolução, treinando o bom senso para evitar exageros.

O próprio usuário, sem precisar nenhuma anotação ou cadastro, retira o livro do local onde está exposto e o devolve após a leitura, .

A Ciranda do Saber passou a ter um local fixo no jardim central da Praça de Serviços do edifício-sede do

tribunal, no Centro Administrativo. No espaço, identificado com um banner, estão à disposição livros, que são resultado de doações. Quem tiver interesse, pode ler no local ou levar para casa, manusear, trocar e doar novas publicações. Os livros ficam à disposição de magistrados, servidores ou qualquer cidadão que transite pela sede do TJBA e não há custo.

“A ideia é trazer para o tribunal um projeto de estímulo à leitura, que já funciona em vários pontos da cidade, promover a interação e compartilhar conhecimentos”, afirmou o chefe do NDI, Edmundo Hasselmann.

O Ciranda do Saber participou de exposição coletiva no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), do governo estadual. O projeto participou ao lado dos programas Tenda do Saber (Secretaria da Cultura) e Arte de Pensar (Sedur).

O NDI e a Cobit recebem doações de livros em bom estado de conservação. Não são aceitas revistas, nem livros escolares. A equipe do projeto faz a seleção e identificação do material, antes de repassar ao acervo do ciranda.

As doações podem ser feitas na sala 3 do prédio anexo da sede do TJBA, e nas bibliotecas do Fórum Ruy Barbosa e do edifício-sede. 📖

## FUTURO PRESENTE

Conhecendo o Judiciário  
promove visitas de  
universitários de Direito

**O** Projeto Conhecendo o Judiciário tem transmitido informações aos estudantes sobre a formação e tramitação dos processos nos 1º e 2º Graus, e sobre a história do Tribunal de Justiça da Bahia.

A corte mais antiga nas américas foi criada em 1587 e instalada em 7 de março de 1609. Os alunos têm uma perspectiva da atuação da Justiça, mostrada por servidores e magistrados, diferente da percepção abstrata da sala de aula.

Com o projeto, o Tribunal de Justiça da Bahia abriu suas portas à comunidade acadêmica, em especial da área jurídica, permitindo que os estudantes façam visitas técnicas e monitoradas ao Poder Judiciário.

São duas visitas dos universitários: uma, ao Fórum Ruy Barbosa, no bairro de Nazaré, e outra ao edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no Centro Administrativo, em Salvador.

O Conhecendo o Judiciário permite um contato direto do aluno com a prática. O estudante ouve, diretamente de um magistrado ou servidor, informações sobre como funcionam os serviços judiciários e a aplicação das leis.

Desde 2008, quando teve início, o projeto, desenvolvido pela Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais, já está no caminho de alcançar a marca de 5 mil estudantes, meta a ser ultrapassada em 2017.

As inscrições no projeto Conhecendo o Judiciário podem ser feitas pela instituição de ensino ou professor do curso de Direito pelo **telefone (71) 3372-5076** | **e-mail: [frmiguez@tjba.jus.br](mailto:frmiguez@tjba.jus.br)** 📧



Estudantes trazem perguntas, dúvidas, curiosidades, e levam conhecimento de como funciona o Tribunal de Justiça



**A** Comarca de Paramirim, no sudoeste do estado, inaugurou no mês de novembro, o mais novo Centro Judiciário de Solução de Conflitos Balcão de Justiça e Cidadania (Cejusc) da Bahia.

A unidade foi inaugurada pelo juiz Gleison dos Santos Soares, que na ocasião representou a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago.

O novo centro promove tentativas de conciliação em parceria com a Faculdade Independente do Nordeste (Fainor), de Vitória da Conquista, que utilizará seu Núcleo de Prática Jurídica, para proporcionar aos cidadãos economicamente carentes a oportunidade de acesso aos serviços da Justiça.

Em julho, deste ano, as unidades da Cejusc das Comarcas de Salvador encerraram o mês com a homologação de 1.036 acordos entre as partes. O número equivale a 311% do total de acordos fechados no mesmo período de 2015 (333).

### Os balcões de justiça

Criados com o intuito de promover orientações jurídicas, mediações e conciliações na tentativa de resolver conflitos, as unidades do Cejusc, trata de temas como divórcio, pensão alimentícia, reconhecimento e dissolução de união estável, casos menos complexos de cobrança de dívida, relação de consumo, conflitos de vizinhança, entre outros.

As equipes dos balcões, como são chamadas informalmente as unidades, têm o reforço de advogados e estudantes de Direito, que atuam como conciliadores e mediadores. Os acordos fechados nas audiências são homologados por um juiz e evitam a judicialização de processos.

Na capital baiana, há 36 unidades da Cejusc pré-processuais, antigos Balcões de Justiça e Cidadania, em funcionamento. 📌



Inauguração de mais uma unidade do Cejusc impulsiona o bom ritmo das negociações realizadas com resultado positivo



Cidadãos, advogados e a comunidade de um modo geral beneficiam-se dos serviços prestados pelas unidades do Cejusc



## FOCO NO ACORDO

Conciliação evita ampliação do número de processos na Justiça e melhora a vida das pessoas, na moral e na paz

**A** Semana Nacional da Conciliação, realizada anualmente, tem o objetivo de evitar a judicialização de casos que podem ser resolvidos com um acordo, uma conversa. Isso facilita a vida dos envolvidos e melhora a qualidade do trabalho judiciário.

As Comarcas de Alagoinhas e Vitória da Conquista são campeãs no número de processos inscritos para a Semana. Salvador e Itaberaba também estão entre as comarcas com o maior número de processos julgados.

No dia 12 de dezembro, a Comarca de Nova Viçosa, no extremo sul do estado, chegou a 100% de aproveitamento de acordo nas audiências de alimentos realizadas durante a Semana da Conciliação.

Apenas neste período foram designadas 192 audiências para a tentativa de acordos em processos de indenização, despejo, divórcio, guarda, obrigação de fazer, acidentes de trânsito, investigação de paternidade, cobrança, busca e apreensão, posse e alimentos.

Desse número, 167 audiências foram realizadas, alcançando um índice de 87%.

Em novembro, a Vara da Fazenda Pública de Ilhéus selecionou 1.008 processos para as audiências de conciliação. Os processos selecionados foram de execuções fiscais propostas pelo município, referentes a débitos com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O trabalho envolveu a participação de procuradores e servidores municipais, estagiários, serventuários, oficiais de Justiça, conciliadores, assessor do magistrado e do próprio juiz.

O movimento do TJBA incluiu a Semana Estadual de Conciliação, que aconteceu de 16 a 18 de novembro, e a Semana Nacional de Conciliação, que foi de 21 a 25 de novembro, uma promoção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Semana de Conciliação integra uma série de estratégias reunindo Executivo e Judiciário para dar mais celeridade às decisões judiciais na área tributária. Com o objetivo de tornar mais ágeis os julgamentos, o Tribunal de Justiça da Bahia promoveu a especialização de cinco varas judiciais, das quais três da área da Fazenda Pública e duas criminais, que passam a atuar exclusivamente voltadas para a cobrança judicial do ICMS e o combate à sonegação fiscal. 

SEMANA NACIONAL  
DA CONCILIAÇÃO

16 A 25 DE NOVEMBRO - 2016



Poder Judiciário

CNJ  
CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA



TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA  
DO ESTADO  
DA BAHIA

# SAÚDE PÚBLICA É O QUE INTERESSA

Câmara de Conciliação, no Shopping BelaVista,  
visa pacificar conflitos e resolver as questões



Inaugurada em novembro de 2016, a Câmara também vai elaborar estudo e propor melhorias



**A** Câmara de Conciliação de Saúde é um projeto interinstitucional, que visa o uso da mediação e a conciliação para resolver questões relacionadas à saúde pública, buscando garantir celeridade nas decisões.

Localizada no Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) do Shopping BelaVista, é fruto de convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Governo do Estado, Prefeitura de Salvador, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública, assinado em setembro de 2015. A Câmara foi inaugurada em novembro de 2016.

O órgão é resultado da Recomendação nº 31 do Conselho Nacional de Justiça, de 2010, que sugere aos tribunais “a adoção de medidas visando subsidiar os magistrados e demais operadores do direito, para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde”

A criação da Câmara de Conciliação de Saúde resulta da Resolução nº 107 de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para o “monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde”.

A Câmara tem também como atribuição “elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos, o reforço à efetividade dos processos judiciais e à prevenção de novos conflitos”.

Na Bahia, todo o trabalho é coordenado pelo Comitê Executivo Estadual de Saúde, criado pela Resolução nº 107, e presidido pelo desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior. Também integram o comitê o Tribunal Regional Federal (TRF-1ª Região), Ministério Público Estadual, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, a Secretaria de Saúde do Município de Salvador, Procuradoria Geral do Município de Salvador, Procuradoria Geral do Estado da Bahia e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

O projeto vai tratar dos pedidos que envolvam a obrigatoriedade de cessação de medicamentos por parte do Estado e do Município de Salvador, para pacientes que são moradores da capital baiana.

Médicos, psicólogos, farmacêuticos, enfermeiros, assistentes sociais e nutricionistas formam a equipe técnica multidisciplinar da câmara.

Para ser atendido, o morador de Salvador deve estar com o cartão do SUS; documento de identificação civil com foto; CPF; comprovante de residência; receita/prescrição médica; e exames complementares. 

